

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS PESQUISAS SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS NO BRASIL

Rosane Rissi*

Paulo Schmidt**

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar a evolução histórica da produção brasileira sobre ativos intangíveis apresentada nos periódicos nacionais. Utilizando a técnica de análise de conteúdo a pesquisa analisou artigos publicados entre 1989 a 2016 nos periódicos classificados como A1, A2, B1 e B2, pela Qualis/CAPES. O estudo é bibliométrico, de caráter qualitativo e descritivo. Os achados da pesquisa demonstraram: aumento das publicações a partir do ano de 2007; predominância da literatura no embasamento das produções científicas; objetivo dos artigos apresentam volatilidade no período pertinente; mensuração e evidenciação dos ativos intangíveis como tema recorrente nas publicações; elementos representativos influenciados pela nova economia; e escassez de produção no que tange a exploração de cálculos para mensuração e avaliação dos ativos intangíveis. Inferiu-se também que as alterações de maior vulto foram influenciadas pela alteração na legislação societária e pela emissão dos pronunciamentos técnicos em consonância às Normas Internacionais de Contabilidade.

Palavras-chave: Ativos intangíveis. Produção científica. Evolução histórica.

HISTORICAL PROGRESSION OF RESEARCHES ON INTANGIBLE ASSETS IN BRAZIL

Abstract: This paper aims to analyze the historical progression of the Brazilian production of academic papers on intangible assets that were published in national journals. Utilizing content analysis techniques, this study analyzed the publications between 1989 and 2016 on journals classified as A1, A2, B1, and B2, by Qaulis/CAPES. This study is bibliometric, of qualitative and descriptive character. The findings revealed: a growth on publications since 2007, the dominance of scientific production based on literature, volatile research goals in the relevant period, mensuration and disclosure of intangible assets as a recurring subject in publications, flagship elements swayed by the new economy, and the scarce production related to calculation methods for mensuration and appreciation of intangible assets. It was also inferred that the biggest changes were swayed by the corporate legislation change and by the issuance of technical statements in consonance with accounting international standards

Keywords: Intangible assets. Scientific production. Historical progression.

* Graduando do curso de Ciências Contábeis da UFRGS.

** Orientador. Doutor em Contabilidade pela Universidade de São Paulo. Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em Ciências Contábeis pela UFRGS. Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade, dentro do atual contexto vivido pelas organizações, tem se preocupado com a criação de mecanismos mais sofisticados, buscando a melhora da qualidade da evidenciação dos resultados econômico e financeiro das organizações, inclusive de seus ativos intangíveis.

Nas últimas décadas, os ativos intangíveis tornaram-se fundamentais para a competitividade, não só para grandes empresas, mas também para pequenas e médias empresas (CREMA, 2014). Para Osinski *et al.* (2017, p. 470), “[...] o modelo competitivo mudou. Neste contexto, a sociedade entrou em uma era em que os ativos intangíveis são os maiores ativos de uma empresa [...]”.

A necessidade de estimar a multidimensionalidade dos ativos intangíveis torna-se relevante a partir do momento em que as empresas identificam, de forma empírica, que existem recursos nos processos de criação de valor, nas estratégias de negócios, nos investimentos e na formulação de políticas, que não estão devidamente evidenciados.

A existência e necessidade de tradução em valores monetários nas organizações empresariais é denotada por Schmidt e Santos (2009) quando afirmam que a maioria das empresas cotadas nas bolsas de valores do mundo, possuem diferenças entre o seu valor de mercado e o valor contábil devido a incorporação dos ativos intangíveis na sua estrutura patrimonial.

No entanto, Hendriksen e Breda (1999), afirmam que os ativos intangíveis constituem uma das áreas mais complexas e desafiadoras da Contabilidade. Para Schluter (2010), a complexidade dos ativos intangíveis, em relação aos ativos tangíveis, está em possuírem peculiaridades e características por vezes únicas, difíceis de se adquirir, desenvolver ou copiar que não raramente precisam ser protegidas legalmente.

Dessa forma, estudiosos da área contábil têm se dedicado na formulação de modelos e métodos que possibilitem a obtenção de informações que elucidem o valor patrimonial das entidades de uma forma mais próxima da realidade e do valor de mercado.

Indícios de estudos sobre Ativos Intangíveis datam de 1571, quando decisões judiciais utilizaram as primeiras definições de *Goodwill* como elemento de avaliação patrimonial (CATLETT; OLSON, 1968).

Diversos autores, como Martins (1972), Kaplan e Norton (2000), Edvinsson e Malone (1998), Antunes e Martins (2002), Schmidt e Santos (2002), Kaufmann e Schneider (2004), Perez e Famá (2006), Schlüter (2010), Li e Liu (2010), Crass e Peters (2015), Peters e Taylor

(2014), Kianto *et al.* (2014), Battagello e Cricelli (2015), Osinski *et al.* (2017), Chen e Dauchy (2017) e Datta (2017), asseveram a relevância do tema para a área contábil.

Considerando esse cenário robusto de pesquisas sobre o tema, buscou-se averiguar nesse trabalho a seguinte questão problema: como se deu a evolução histórica da produção brasileira sobre ativos intangíveis apresentadas nos periódicos nacionais?

Portanto, o objetivo deste estudo consiste em analisar a evolução histórica da produção brasileira sobre ativos intangíveis apresentadas nos periódicos nacionais.

A relevância desse estudo está na importância que os ativos intangíveis representam para as empresas na atual conjuntura econômica, bem como para os estudiosos e profissionais da Contabilidade frente ao tratamento contábil a ser adotado. No mesmo entendimento Kaufmann e Schneder (2004), afirmam que ativos intangíveis estão se tornando cada vez mais importantes para a comunidade científica, bem como para o mundo dos negócios.

O presente artigo se estrutura em 5 seções. Primeiramente esta, de caráter introdutório. Em seguida, apresenta-se a revisão da literatura, na terceira seção, são apresentados os métodos e procedimentos do estudo realizado, na quarta seção, são apresentados os resultados da pesquisa, na quinta e última seção, são realizados os comentários conclusivos sobre os achados da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção será abordado o referencial teórico subdividido em: definição e identificação do ativo intangível; reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos intangíveis e contexto histórico sobre os ativos intangíveis.

2.1 DEFINIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL

Os ativos caracterizados como intangíveis, muitas vezes identificados como elementos de características invisíveis, são conceituados por diversos autores e mais recentemente por normativas legais, como CPC 04 (R1) - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 04 - em consonância às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 38.

Primeiramente definindo o Ativo, o CPC 04 (2010, p.5), traz a seguinte redação: “Ativo é um recurso: (a) controlado pela entidade como resultado de eventos passados; e (b) do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade”. Para Martins (1972, p. 30), "ativo é o futuro resultado econômico que se espera obter de um agente".

Para a definição dos ativos intangíveis, o mesmo CPC 04 (2010 p.06), esclarece: “Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física”. Na mesma linha de raciocínio, Martins (1972), Schmidt e Santos (2002), Perez e Famá (2006), Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007), entre outros literários, os definem como recursos incorpóreos, controlados pela entidade e com capacidade de gerar benefícios econômicos futuros. Schluter exemplifica:

Ativos intangíveis, por sua vez, são direitos ou recursos incorpóreos que se presumem apresentarem uma vantagem para a posição de uma sociedade no mercado, gerando benefícios econômicos futuros prováveis e obtidos ou controlados por dada entidade em consequência de transações ou eventos passados. O ativo intangível é um grupo no balanço Patrimonial, que tem como principal característica a potencialidade de gerar benefícios futuros para a empresa (SCHLÜTER, 2010, p. 15).

Kayo (2002, p. 14) complementa: “[...] os ativos intangíveis podem ser definidos como um conjunto estruturado de conhecimentos, práticas e atitudes da empresa que, interagindo com seus ativos tangíveis (ativo fixo e capital de giro), contribui para a formação de valor das empresas.”.

O International Accounting Standards Board (IASB, 2001), órgão que publica e atualiza as normas internacionais de Contabilidade, define-os como “[...] um ativo não monetário identificável sem substância física para uso na produção ou provisão de bens e serviços, para aluguel para terceiros ou para propósitos administrativos”.

No que tange a identificação de um ativo intangível, esta dar-se-á quando cumprir os requisitos elencados na normativa legal vigente, o CPC 04 (R1):

- (a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- (b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações (COMITÊ..., 2010, p. 7).

Portanto, para ser um ativo intangível é necessário atender todas as prerrogativas da norma em vigor, o CPC 04 (R1). Consequentemente, deve possuir as características de um ativo, além de ser identificável, desprovido de substância física, controlados pela entidade e com capacidade de gerar benefícios econômicos futuros (COMITÊ..., 2010).

2.2 RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS

A Contabilidade, desde sua inserção no ambiente corporativo, preocupou-se em evidenciar o resultado econômico e financeiro das organizações. Assim, as demonstrações financeiras por ela elaboradas devem objetivar o fornecimento de informações que sejam úteis na tomada de decisão e nas avaliações por parte de seus usuários (COMITÊ..., 2011).

Desse modo, buscando qualidade nas informações contábeis, a determinação legal estabelece que “Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se: (a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e (b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.” (COMITÊ..., 2010, p. 9).

Devido ao alto grau de subjetividade dos benefícios futuros a serem gerados pelas empresas, essa mensuração torna-se uma tarefa complexa. O simples fato de os possuir não significa que ele será evidenciado nas demonstrações contábeis da entidade. Como comentam os autores Perez e Famá (2006):

A simples existência de qualquer ativo não é razão suficiente para que ele seja reconhecido contabilmente e isso também é válido para os ativos intangíveis. Para esses, as dificuldades de reconhecimento são ainda maiores quando se tratarem de ativos intangíveis criados ou desenvolvidos internamente na empresa e que ainda possuam certa subjetividade (PEREZ; FAMÁ, 2006, p. 14).

Para Hendriksen e Van Breda (1999, p. 387), “[...] esses ativos devem ser reconhecidos sempre que preencherem os requisitos de reconhecimento de todo e qualquer ativo, ou seja, devem atender à definição de ativo, devem ser mensuráveis e devem ser relevantes e precisos.”.

É oportuno observar, no que concerne a subjetividade e relevância, é necessário possuir um real direito que lhes concedam os benefícios almejados. Corroborando com essa ideia, Milone (2004) menciona que um ativo só pode existir se possuir direitos legais que validem sua existência formal, independentemente da sua forma de mensuração. Este valor deve dar suporte aos planos estratégicos e competitivos, além de permitir análises econômicos financeiras mais apuradas.

Sua mensuração não se limita a apenas uma forma, assim como estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1). No entanto, uma definição se faz jus a vista do exposto

[...] uma das condições de reconhecimento de ativo intangível é a mensuração do seu custo com confiabilidade. O valor justo de ativo intangível é mensurado com confiabilidade: (a) se a variabilidade da faixa de mensuração de valor justo razoável não for significativa ou (b) se as probabilidades de várias estimativas, dentro dessa faixa, possam ser razoavelmente avaliadas e utilizadas na mensuração do valor justo (COMITÊ..., 2010, p. 14).

No que tange a divulgação dos ativos intangíveis, faz-se necessário segregá-los de acordo com sua origem. Os gerados internamente devem ser registrados separados dos demais intangíveis, evidenciando as seguintes informações:

(a) com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizados; (b) os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida; (c) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período; (d) a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída; (e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período [...]” (COMITÊ..., 2010, p. 28).

Diante do exposto, observa-se que a mensuração e evidenciação desses ativos ainda é bastante subjetiva. No entanto, ambas exigem o cumprimento da norma técnica CPC 04 (R1), a fim de extrair informações fidedignas, confiáveis e relevantes. Cabe ressaltar, que este pronunciamento é apenas uma das normas, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que orientam os procedimentos a serem adotados.

2.3 CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS

Nessa subseção será abordado o contexto histórico dos ativos intangíveis subdividido em: pesquisas sobre ativos intangíveis, normas aplicáveis aos ativos intangíveis e estudos relacionados.

2.3.1 Pesquisas sobre Ativos Intangíveis

Nas últimas décadas, com a transição de uma sociedade industrial para uma sociedade do conhecimento, a valorização do ser humano e a estrutura organizacional, passaram a figurar recursos que agregam valor intangível às empresas (ANTUNES; MARTINS, 2002), de modo que as organizações passaram a buscar novas formas de gerar valor a partir da consolidação da nova e velha economia (PERES; FAMÁ, 2006).

Na era industrial, a mensuração do capital empresarial era medida pelos fatores de produção valorados em escalas produtivas (ANTUNES; MARTINS, 2002). Nessa época, apenas os ativos tangíveis criavam valor às organizações, como comentam Kaplan & Norton:

Na economia industrial, as empresas criavam valor a partir de ativos tangíveis, mediante a transformação de matérias-primas em produtos acabados. Um estudo do Brookings Institute, de 1982, mostrou que o valor contábil dos ativos tangíveis representava 62% do valor de mercado das organizações industriais (KAPLAN; NORTON, 2000, p. 12).

Frente a esse cenário, em nível mundial, inúmeros estudos foram desenvolvidos no intuito de auxiliar o entendimento acerca do assunto, sendo que os primeiros indícios são datados de 1571. Schmidt e Santos (2002), evidencia-os num panorama histórico, conforme demonstrado no Quadro 1:

Quadro 1 - Evolução Histórica

Ano	Autor	Evento e significado
1571	Decisões Judiciais	Indícios na literatura que demonstravam a problemática de avaliação do <i>goodwill</i> .
1884	William Harris	Publicado na <i>The Accountant</i> : " <i>Goodwill</i> " primeiro trabalho na área contábil.
1909	Henry Rand Hatfield	Introduziu uma nova maneira de calcular o <i>Goodwill</i> através da percepção da dependência de superlucros da entidade
1914	Percy Dew Leake	Contribuiu na evolução do tratamento contábil do <i>Goodwill</i> com o estudo " <i>Goodwill: its nature and how to value it</i> ".
1936	Gabriel A. D. Preinreich	Elabora o estudo " <i>The law of Goodwill</i> " sobre as tendências de decisões judiciais relativas ao <i>goodwill</i> . Decisões essas que sofreram alterações desde o valor relativo às terras até o conceito atual.
1937	James C. Bonbright	Na obra " <i>The valuation of property</i> ", infere que o <i>Goodwill</i> é justificado nas crenças dos investidores.
1945	Walter A. Staub	Descreve, na obra " <i>Intangible assets, contemporary accounting</i> ", a natureza do <i>goodwill</i> e o tratamento contábil na escrituração.
1963	Maurice Moonitz	Na obra " <i>Accounting: an analysis of its problems</i> ", menciona o problema de mensuração do <i>goodwill</i> , especialmente na capitalização de ganhos futuros.
1968	Catlett e Olson	Produzem o trabalho " <i>Accounting for goodwill</i> ". Considerado um marco no estudo contábil.
1972	Eliseu Martins	Elabora a tese denominada " <i>Contribuição à avaliação do ativo intangível</i> ." Considerada um marco de referência sobre o tema no Brasil.
2001	Baruch Lev	Publica o livro " <i>INTANGIBLES: Management, Measurement, and Reporting</i> ". Aprofundando e correlacionado a crescente importância dos intangíveis a fundamentos econômicos, contábeis e financeiros.
2002	Chun Wei Choo e Nick Bontis	Na obra " <i>The Strategic Management of Intellectual Capital and Organizational Knowledge</i> ." os autores trazem discussões sobre a criação de conhecimento e capital intelectual nas organizações.
2002	Schmidt e Santos	No livro " <i>Avaliação de Ativos Intangíveis</i> ", os autores abordam aspectos de novos tratamentos contábeis aos intangíveis, de acordo com pronunciamentos emitidos por organismos internacionais de Contabilidade.
2004	Robert S. Kaplan e David P. Norton	Na obra " <i>STRATEGY MAPS: Converting Intangible Assets into Tangible Outcomes</i> ", são apresentadas relações entre a criação de valor a longo prazo e o <i>Balanced Scorecard</i> permitindo quantificar os ativos intangíveis.
2005	José Luiz dos Santos	Tese " <i>Uma contribuição ao estudo da avaliação econômica de ativos intangíveis</i> ", propõe um novo modelo econômico para valoração de ativos intangíveis, além de identificar e analisar os principais modelos existentes.

Fonte: Elaboração própria a partir de Schmidt e Santos (2002).

Nota-se, que os estudos debruçavam-se no estudo do *Goodwill*, como elemento representativo do ativo intangível. Este, por sua vez, “[...] tinha como base inicialmente a terra, o comércio, a indústria [...]” (SCHMIDT; SANTOS, 2002, p. 39).

Buscando formas de representar contabilmente o verdadeiro valor do patrimônio da entidade e assim melhorando o significado das informações produzidas, Martins (1972) discorre sobre a evolução da teoria da Contabilidade e propõe a quebra de paradigmas dos conceitos e do papel da Contabilidade vigentes da época. Tornando-se marco na literatura brasileira sobre o assunto e fomentando a produção literária.

2.3.2 Normas aplicáveis aos Ativos Intangíveis.

As normatizações e esclarecimentos acerca dos ativos intangíveis, principalmente na avaliação e reconhecimento, surgiram no intuito de dar diretrizes aos procedimentos a serem adotados. “Eles buscaram esclarecer, à luz das normas contábeis, um assunto controverso e ao mesmo tempo crucial não só para a Contabilidade, mas também para todo o mercado financeiro.” (SCHNORRENBARGER, 2004, p. 87).

Tratando de normativas internacionais, em 1971 publicado pela American Institute of Certified Public Accountants, o Accounting Principles Board (APB) emitiu o Parecer n. 17, sobre Ativos Intangíveis, com o objetivo de dar diretrizes ao seu reconhecimento quando adquiridos de terceiros, separadamente ou como parte de uma concentração de atividades empresariais nas demonstrações contábeis (AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS, 1971).

Destacam-se também os pronunciamentos do Financial Accounting Standart Board (FASB) – SFAC nº 07 de fevereiro de 2000, Using Cash Flow Infomartion an Present Value in Accounting Measurements (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 2000), e FAS nº 142 de julho de 2001 – *Goodwill* and other Intagibles Assets (FINANCIAL..., 2001), que traziam orientações quanto aos procedimentos e critérios de reconhecimento.

No Brasil, a Lei de Sociedades por ações, Lei 6.404/1976, possibilitou inserção dos ativos intangíveis, no Balanço patrimonial por meio do subgrupo: ativos diferidos. Dando as prerrogativas de reconhecimento para “[...] as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais” (BRASIL, 1976, *on-line*).

Ainda sobre a referida Lei, esta determinava que as amortizações não deveriam exceder 10 (dez) anos, a contar do início das operações ou do exercício do qual fossem usufruídos seus benefícios, ou seja, os bens do ativo tinham sua vida útil estimada neste prazo. Entretanto, a legislação societária ainda não retratava qualquer definição e/ou determinação de como deveriam ser reconhecidos e avaliados os intangíveis.

A Comissão de Valores Mobiliários emitiu a Instrução CVM 001, de 27 de abril de 1978, no art. 21, onde deliberou sobre o ágio dos ativos adquiridos (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 1978). Posteriormente revogada, ela contemplava, dentre outros itens, o fundo de comércio. Instruções posteriores foram emitidas (Instrução 285 de 31 julho de 1998, 319 de 03 de dezembro de 1999 e 349 de 06 de março de 2001), mas também não faziam referência à definição e regras para reconhecimento de ativos intangíveis. Em geral, delimitavam-se a aspectos relacionados ao ágio resultante de operações de aquisição (COMISSÃO..., 1998; COMISSÃO..., 2001).

Atualizando a legislação vigente, a Medida Provisória n. 449/2008 (BRASIL, 2008), posteriormente convertida na Lei n. 11.941/2009 (BRASIL, 2009), extingue o ativo diferido do Balanço Patrimonial. Propiciando à Lei 11. 638/07 (BRASIL, 2007), a alteração da estrutura do Balanço Patrimonial, que cria o subgrupo Intangível. Inicia-se, neste momento, um novo processo normativo diante das práticas contábeis Brasileiras adotadas até então.

A Lei 11. 638/07 (BRASIL, 2007), além da criação do intangível, estabeleceu critérios a serem utilizados para avaliação dos elementos do ativo. Ela regulamentou o registro contábil de bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, incluído o fundo de comércio adquirido. A Comissão de Valores Mobiliários, por meio da deliberação n. 488/2005 (BRASIL, 2005), também destacava esse mesmo grupo nas demonstrações financeiras publicadas.

A alteração da legislação societária possibilitou à Contabilidade brasileira adequar-se às Normas Internacionais de Contabilidade, estabelecidas pela International Accounting Standards – IAS 38, organização que regulamenta os procedimentos contábeis adotáveis ao reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis. Utilizam-se, desta norma, empresas que possuem e registram ativos intangíveis em suas demonstrações contábeis elaboradas desde o ano de 2008.

Em 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu o Pronunciamento Técnico 04 – Ativos Intangíveis - CPC 04. Posteriormente alterado pelo CPC 04 (R1) (COMITÊ..., 2010), numa correlação ao IAS 38, define e harmoniza internacionalmente as práticas contábeis aplicadas aos ativos intangíveis.

2.3.3 Estudos Relacionados

Antunes e Martins (2002), com o objetivo de evidenciar a relação existente entre a Contabilidade e o Capital Intelectual, elaboraram um artigo sobre a mensuração dos valores de ativos intangíveis por meio do conceito do *Goodwill*. Para os autores, os ativos intangíveis sempre fizeram parte das organizações, independentemente dos rótulos que a eles foram atribuídos, além de os considerarem relevantes para a gestão das empresas. Os resultados do estudo demonstraram que o capital intelectual é parte integrante do patrimônio de uma organização. O conceito do capital intelectual não é novo, nem desconhecido pela Contabilidade; o *Goodwill* é formado por um conceito muito mais amplo do que o capital intelectual.

Santos (2005), por meio de um estudo exploratório, aborda os principais conceitos, natureza, mensuração e tratamento contábil aplicado os ativos intangíveis, bem como os modelos de avaliação desenvolvidos até então. Os modelos foram analisados de forma a identificar as principais deficiências e preencher lacunas existentes na época. O estudo também propõe um modelo econômico para determinação dos valores dos ativos intangíveis. O resultado demonstrou que os modelos utilizados não são adequados à mensuração do valor dos intangíveis, uma vez que eles avaliam o valor da empresa como um todo ou para os acionistas.

Gallon *et al.* (2008) elaboram um estudo reflexivo da produção científica sobre o capital intelectual, por meio de uma pesquisa bibliométrica, na qual analisaram as publicações nos periódicos nacionais: classificados como “A” pela Capes, nos anais do EnAnpad e do Congresso USP, no período de 2000 a 2006. Os resultados da pesquisa demonstraram: a maioria dos estudos era do tipo prático; existência de divergências nas definições a respeito do CI; baixo índice de estudos dedicados a reflexões teóricas; semelhança entre pesquisadores brasileiros e internacionais.

Reina *et al.* (2009) apresentam as características da produção científica sobre Ativos Intangíveis no contexto internacional, sob aspecto epistemológico. Justificam tal estudo pelo aumento de interesse de acionistas e estudiosos da área a esses ativos que “[...] configuram como a fonte de conhecimento, geradora de vantagem competitiva e potencialidades de retornos anormais para os investidores.” (REINA *et al.*, 2009, p. 03). O mesmo traz um breve apanhado sobre as características da produção brasileira e aponta: similaridades entre pesquisas nacionais e internacionais quanto ao interesse do assunto em questão; aumento das publicações brasileiras a partir de 1999; e denota tendências a trabalhos empíricos e voltados a Contabilidade gerencial e financeira.

Reina e Ensslin (2011), por meio de um estudo documental exploratório-descritivo e qualitativo, analisaram periódicos científicos nacionais e internacionais e anais de congressos na área de Administração/Turismo/Contabilidade, classificados pela CAPES (2008), Triênio 2007-2009, como A, B e C. A pesquisa objetivou a identificação das características da produção científica sobre o Capital Intelectual nos contextos nacional e internacional, no período de 1994 a 2008. Entre outros achados, o estudo identificou que as pesquisas enfocam a estratégica, tanto nacional como internacional, bem como uma evolução da produção científica a partir do ano de 1996, para as pesquisas internacionais, e, 1997, para as nacionais. Também observaram a falta de definição ou a confusão de definição dos intangíveis em ambos os contextos.

Silva, Duque e Alves (2012) analisaram, sob uma ótica quanti-qualitativa, as publicações científicas mundiais sobre ativos intangíveis, no período de 2006 a 2011. Identificaram que o Brasil foi o segundo país com maior número de periódicos; Assuntos em Gestão e Negócios e Economia apresentaram uma prevalência nos trabalhos; e inferiram que os ativos intangíveis fazem parte da seara de interesse de outras áreas de conhecimento, devido a publicações constatadas nas ciências políticas, estatística e multidisciplinares.

Calabrese, Costa e Menichini (2013) e Rossi *et al.* (2016) descrevem sobre a gestão estratégica para ativos oriundos do capital intelectual. As pesquisas foram motivadas pela percepção de criação de valor e recurso de vantagem competitiva gerado por esses ativos, muitas vezes negligenciados dentro das empresas. Os objetivos das análises são de dar suporte a tomada de decisão e promover melhorias na estrutura de gestão. Em seus resultados foram evidenciados que a validação de recomendações, por parte da administração e funcionários, incentiva a implementação de ações que visam criar valor à empresa; e, metodologias, como *Fuzzy AHP*, mostram-se úteis no gerenciamento de investimentos dos ativos de capital intelectual e auxiliam na tomada de decisão.

Se contraponto a estudos, que dedicam-se a investigar a relação existente entre intangíveis e produtividade em nível macro, Crass e Peters (2015) comparam simultaneamente o conjunto dos efeitos de capital inovador, capital humano, capital de marca e capital organizacional em nível micro (ambiente organizacional interno), testando a complementaridade ou substituição de ativos intangíveis e seus efeitos na produtividade. O estudo objetivou esclarecer o papel dos ativos intangíveis para o crescimento no setor industrial da Alemanha. Os resultados mostraram intensificação dos investimentos em capital intangível nas empresas alemãs, em relação ao investimento tangível.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, quanto ao objetivo, é classificada como descritiva, por analisar variáveis e demonstrar as características da produção científica, apresentadas nos artigos sobre ativos intangíveis em periódicos nacionais. De acordo com Gil (1995) este tipo de pesquisa tem o objetivo de descrever as características de uma determinada população e/ou estabelecer relações entre variáveis por meio de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Pela abordagem do problema, a pesquisa é classificada como qualitativa, por investigar situações particulares em seus aspectos multidimensionais e descrevê-las (OLIVEIRA, 2011).

Com base nos procedimentos técnicos utilizados, o presente estudo é classificado como pesquisa bibliométrica. De acordo com Cardoso *et al.* (2005), a pesquisa bibliométrica objetiva pesquisar as publicações, como forma de investigar os fenômenos da comunicação científica e relacioná-las ao método útil para mensurar a repercussão e impacto de autores ou periódicos, na área de conhecimento identificando as ocorrências, variação e tendências.

Na identificação das características da produção científica relacionada aos Ativos Intangíveis é utilizada técnica de análise de conteúdo. Essa técnica é uma, dentre outras, encontrados na literatura, para descrever o conteúdo de um texto, para análises críticas, sistematizações e demais inferências. Para Bardin (2004), a análise de conteúdo é:

“[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.” (BARDIN, 2004, p. 37).

Complementando, Fonseca (2002, p. 32) descreve que “A pesquisa documental recorre a fontes [...] jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.”.

Para a composição dos dados desse estudo, foram selecionados os documentos publicados em forma de artigos científicos apresentados nos periódicos nacionais. A seleção foi feita nos periódicos classificados como A1, A2, B1 e B2, segundo a Qualis/CAPES para o quadriênio 2013-2016, na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo.

Assim, foram encontrados 17 periódicos, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Periódicos que publicaram sobre ativos intangíveis no período de 1989 a 2016

Periódicos - Qualis/CAPES (Quadriênio 2013-2016)
BBR - Brazilian Business Review (BBR-FUCAPE)
Revista Contabilidade & Finanças (C&F-USP/SP)
Contabilidade Vista & Revista (ContV&R-UFGM)
BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos (BASE-UNISINOS)
RBGN - Revista Brasileira de Gestão de Negócios (RBGN-FECAP)
RCC - Revista Contemporânea de Contabilidade (RCC-UFSC)
RCO - Revista de Contabilidade e Organizações (RCO-USP/RP)
Revista Universo Contábil (RUC-FURB)
Custos e @gronegócios online (C&@gro-UFRPE)
RCGG - Revista Contabilidade, Gestão e Governança (RCGG-UNB)
CONTEXTUS - Revista Contemporânea de Economia e Gestão (CONTEXTUS-UFC)
REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC-CFC)
Revista Enfoque: Reflexão Contábil (ENFOQUE-UEM)
Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão (RSCG-UFRJ)
ASAA - Advances in Scientific and Applied Accounting (ASAA-AnpPCONT)
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis (UERJ)
Pensar Contábil (CRC-RJ).

Fonte: Elaboração própria.

A busca dos dados foi feita, nos periódicos descritos, de forma *on-line*, constituindo um total de 61 artigos encontrados. Os quais estão relacionados no apêndice A - artigos sobre ativos intangíveis analisados. A coleta foi feita por meio da ferramenta “pesquisa” de cada periódico e delimitada com as palavras “intangível” e “intangíveis” nas palavras-chave das publicações.

A escolha pela palavras-chave foi feita devido à importância que elas representam no artigo. De acordo com a NBR 6028 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2003), elas representam o conteúdo do documento. Aquino e Aquino (2013, p. 229) explicam que “O termo Palavras-chave refere-se às palavras mais importantes do texto científico utilizadas pelos autores, para indexação [...]”. Tornando-se assim, o critério de seleção adequado ao objetivo da pesquisa.

O período pesquisado foi de 1989 a 2016. Não foram encontrados periódicos eletrônicos anteriores a esse período, dentro dos parâmetros de pesquisa estabelecidos.

Os artigos foram analisados de forma individual. As características identificadas, sob ótica das análises propostas, foram sintetizadas e agrupadas no intuito de representar uma característica coletiva da produção científica sobre ativos intangíveis.

A pesquisa possui algumas limitações: (i) adoção apenas de fontes disponíveis em meio eletrônico; (ii) no período de investigação (1989 - 2016), os Sistemas de Editoração Eletrônica dos periódicos apresentam diferenças entre si, no que tange o período inicial de publicação; e, (iii) escolha dos periódicos pela ocorrência da palavras-chave “intangível” e “intangíveis”, pois,

foi verificada a existência de trabalhos publicados sobre o tema, e não selecionados, porque não se encaixavam no critério de seleção desta pesquisa.

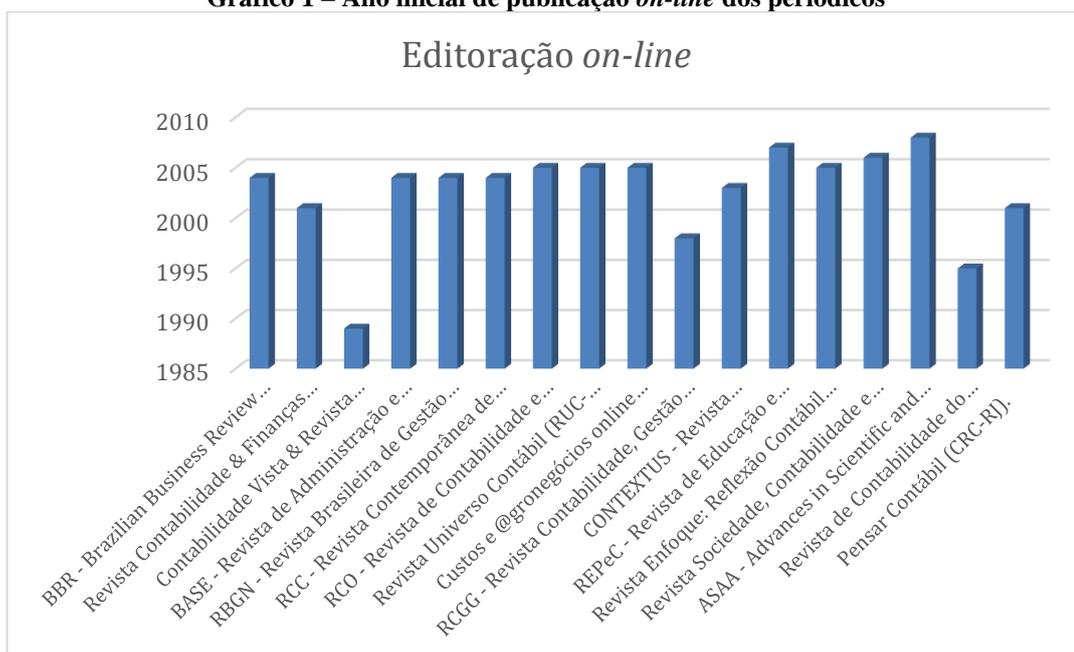
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção expõe os dados encontrados que auxiliaram na construção do objetivo proposto. Foram analisados os artigos sobre Ativos Intangíveis publicados nos periódicos nacionais, por meio da aplicação da técnica da análise de conteúdo. Os resultados foram dispostos da seguinte forma: a) características quantitativas da produção; b) análise das referências norteadoras; c) análise quanto ao objetivo das publicações; d) foco de análise das publicações; e) principais tendências de pesquisa nos artigos; f) elementos utilizados para representar os Ativos Intangíveis; g) formas de mensuração e avaliação apresentadas nas pesquisas e suas respectivas correlações.

4.1 CARACTERÍSTICAS QUANTITATIVAS DA PRODUÇÃO

Faz-se, aqui, uma análise dos dados levantados na pesquisa quanto as características quantitativas da população estudada. Cabe, primeiramente, analisar o ano que cada periódico iniciou sua editoração de forma *on-line*, uma vez que a pesquisa se utilizou exclusivamente desse recurso. Os dados, por ano e periódico, estão demonstrados no gráfico 1:

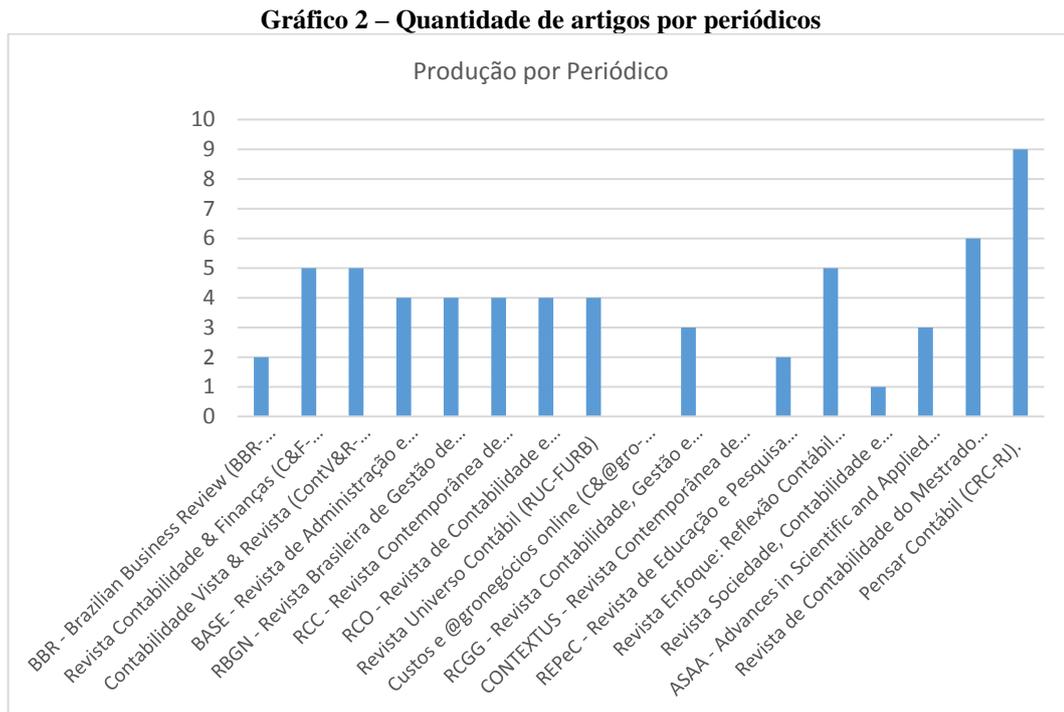
Gráfico 1 – Ano inicial de publicação *on-line* dos periódicos



Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se que o periódico, *Contabilidade Vista & Revista* (ContV&R-UFGM) apresentava-se de forma eletrônica desde 1989. No entanto, até o ano 2000, apenas 3 periódicos o faziam da mesma forma. O aumento desse número deu-se em 2004 e 2005, quando 8 periódicos iniciaram as publicações de forma *on-line*, representando um total 47% dos periódicos.

O Gráfico 2 demonstra a quantidade de artigos publicados por periódico.



Fonte: Elaboração própria.

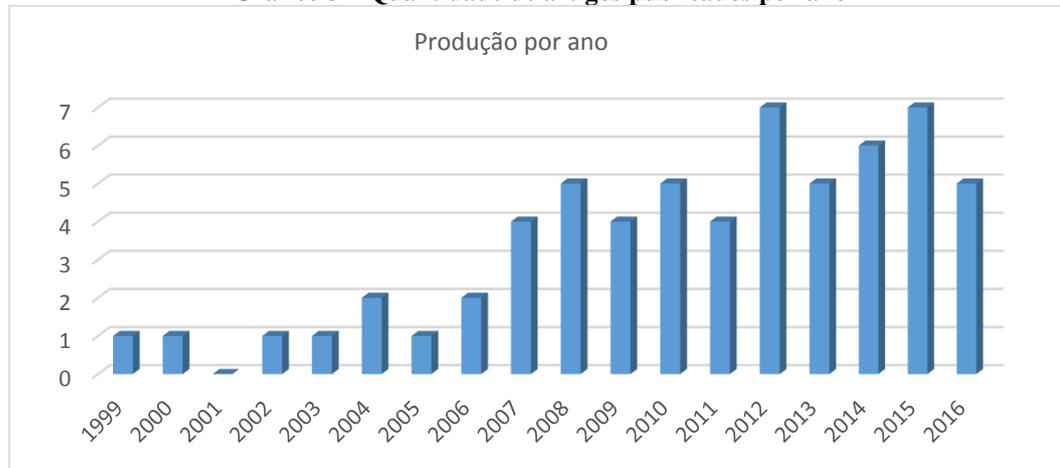
Ao analisar a quantidade de artigos publicados por periódicos, constatou-se que a *Revista Pensar Contábil* (CRC-RJ), com 9 publicações e editoração eletrônica iniciada em 2001, foi a que apresentou maior número de artigos.

As revistas *Revista Contemporânea de Economia e Gestão* (CONTEXTUS-UFC) e *Custos e @gronegócios online* (C&@gro-UFRPE) não apresentaram publicações com os critérios de pesquisa estabelecidos.

A ocorrência mais antiga de publicação datou de 1999, com 1 (um) artigo. Este foi publicado pela *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*. Sendo que, o período abrangido pela pesquisa foi de 1989 a 2016, pois não foram encontrados periódicos eletrônicos anteriores a esse período para os parâmetros de pesquisa estabelecidos.

A quantidade de artigos publicados por ano, considerando todos os periódicos selecionados, são demonstrados no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Quantidade de artigos publicados por ano



Fonte: Elaboração própria.

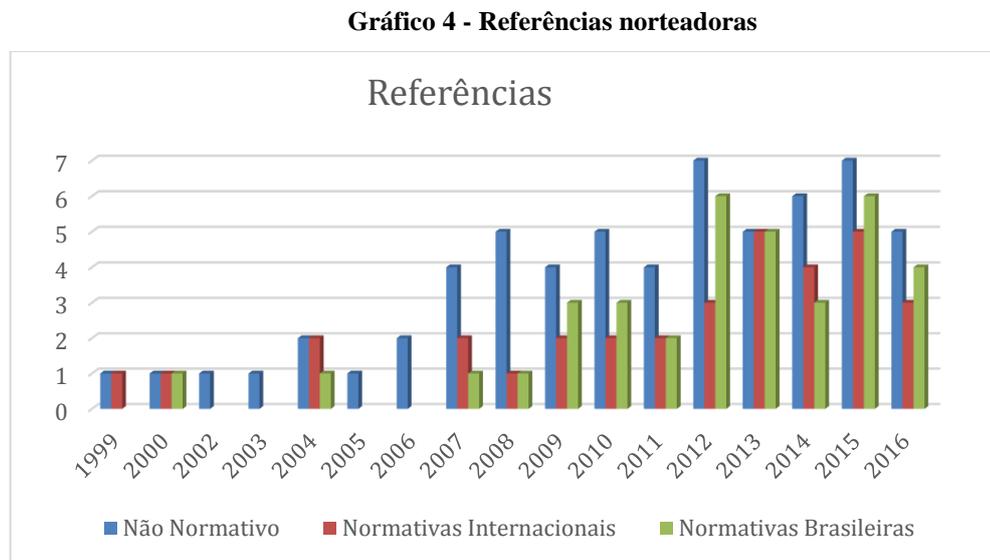
Ainda que o ano inicial de publicação *on-line* de cada periódico não foi levado em consideração para a elaboração do Gráfico 3, é possível inferir que o aumento da produção se deu em função da elevação do número de periódicos que passaram a publicar de forma eletrônica, pois 65% de total dos periódicos analisados, iniciaram suas publicações eletrônicas a partir de 2004. Observa-se também um aumento da produção a partir do ano de 2007.

Paralelamente ao aumento do número de periódicos são observados, no mesmo período, avanços normativos devido a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em 2005, por meio da Resolução CFC nº 1.055/2005 e pela vigoração da Lei 11.638/07, em 2007, em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade.

4.2 ANÁLISE DAS REFERÊNCIAS NORTEADORAS

O Gráfico 4 demonstra o norteamento utilizado para caracterização, conceituação e embasamento dos ativos intangíveis no universo da população estudada. Os dados foram dispostos por ano de publicação e segregados em: Não Normativas, Normativas Internacionais e Normativas Brasileiras. Cabe ressaltar que o gráfico não exprime a quantidade de artigos produzidos no ano e sim o norteamento utilizado nos artigos para cada ano.

Gráfico 4: demonstra o norteamento utilizado nas pesquisas.



No item não normativo foram considerados os artigos que traziam exclusivamente referências teóricas. As normativas internacionais tratam de Pronunciamentos emitidos pela IASC, FASB e IASB. As normativas brasileiras correspondem a instruções normativas emitidas pela CMV, Lei 6.404/76, Lei 11.638/07 e CPC 04.

Observa-se que a literatura é bastante utilizada para dar suporte às produções científicas. Até o ano de 2008, as referências eram formadas basicamente por bibliografias e normativas internacionais. A partir das normatizações nacionais, com ênfase para as instruções da Comissão de Valores Mobiliários, Lei 11.638/07 e CPC 04, as publicações passaram a ter fundamentações baseadas em regimentos nacionais em vigor.

O detalhamento das referências não normativas é demonstrado no Gráfico 5:



O mapeamento das referências identificou que 30% dos artigos utilizaram-se de forma exclusiva desse embasamento ao tratar dos ativos intangíveis. É oportuno, porém, ressaltar que a teoria é deveras utilizada para dar suporte às produções científicas e não se limita a uma segregação temporal específica.

4.3 ANÁLISE QUANTO AO OBJETIVO DAS PUBLICAÇÕES

Analisando os objetivos das publicações de forma cronológica, pode-se verificar que num primeiro momento buscava-se um entendimento mais profundo sobre a tangibilidade e intangibilidade dos ativos, de forma a segregá-los com confiabilidade. Como descreve Schnorrenberger (2004), “Buscar entender as diferenças e peculiaridades dos ativos intangíveis constitui-se no primeiro passo em direção a uma solução mais próxima à realidade.”.

Numa linha tênue, no período de 1999 a 2008, das 18 publicações, 14 investigavam, com aporte na literatura e normas em vigor (incluindo normas internacionais como o pronunciamento SFAS nº 141 e 142), os conceitos, formas de avaliação, mensuração e evidenciação dos ativos intangíveis com destaque para o *goodwill* e o capital intelectual.

Os artigos buscavam correlações entre esses ativos e o desempenho das empresas, criação de valor, tomada de decisão no âmbito interno das organizações e relevância no processo de avaliação de investimentos aos usuários externos.

De 2009 a 2016, 31 dos 42 artigos objetivavam o estudo de: processos de aderência às novas normas contábeis brasileiras e internacionais; conformidade do *disclosure* obrigatório e voluntário, análises de ativos desenvolvidos internamente (com destaque aos clubes de futebol); reconhecimento de custos em fase de pesquisa e desenvolvimento; ativos como estratégias sustentabilidade ambiental e gerenciamento de resultados; nível de intangibilidade e suas correlações com índices financeiros e criação de valor às empresas.

Analisando-os, numa linha temporal, verifica-se a mudança de objetivo dos estudos a partir do surgimento de normatizações, pois 30 dos 45 artigos publicados após 2008 faziam menção ao CPC 04 e/ou a Lei 11.638/07. No entanto, observa-se um consenso quanto sua importância no conjunto de ativos das companhias. A agregação de valor para a avaliação das empresas sempre esteve explícita entre os autores, buscando-se formas de contemplá-los nos demonstrativos contábeis para retratar o real valor empresarial.

4.4 PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DE PESQUISA NOS ARTIGOS

O Quadro 3 apresenta uma síntese do eixo temático das pesquisas descrevendo o foco do estudo, ano de publicação e quantidade de artigos por ano de publicação, em cada linha de pesquisa, bem como o percentual representativo em relação ao total de artigos. Procura-se, aqui, averiguar se há uma tendência de pesquisa em função do tempo.

Quadro 3 – Síntese dos temas mais abordados nas pesquisas

Tema	Foco	Ano/Total de Artigos	%
Mensuração e Evidenciação	Considerações e conformidade no reconhecimento, mensuração a evidenciação de ativos intangíveis no contexto brasileiro; Modelos para mensuração e identificação de potenciais geradores e análise das demonstrações contábeis; Mensuração de custos intangíveis; Conservadorismo contábil no reconhecimento.	2003 (1); 2007 (1); 2008 (1); 2009 (3); 2011 (2); 2012 (2); 2013 (2); 2014 (1); 2015 (2); 2016 (1).	26,23%
Desempenho Econômico/ Avaliação Empresarial	Relação entre a intangibilidade e o desempenho econômico; Grau de intangibilidade nos indicadores de desempenho empresarial; Impacto do reconhecimento do custo de <i>impairment</i> de ativos intangíveis sobre os preços e os retornos das ações; Método de avaliação de empresa para a relação entre o nível de intangibilidade dos ativos e o valor de mercado; Eficiência dos ativos intangíveis na combinação dos ativos fixos.	2006 (1); 2010 (2); 2012 (2); 2013 (1); 2014 (1); 2016 (1).	13,11%
<i>Disclosure</i>	Geração e divulgação de informações contábeis gerenciais de natureza intangível, bem como sua utilidade para analistas de investimentos; Evidenciação voluntária; <i>Disclosure</i> (aspectos gerais) e <i>disclosure</i> obrigatório de ativos intangíveis.	2008 (2); 2009 (1); 2013 (2); 2014 (1); 2015 (1); 2016 (1).	13,11%
Capital Intelectual	Análise e evidenciação contábil da propriedade intelectual; Capital Intelectual e seus impactos no desempenho empresarial, tomada de decisão, influência de alianças estratégicas e desafios da Contabilidade para demonstrar sua criação de valor.	2002 (1); 2006 (2); 2007 (3); 2008 (1); 2010 (1).	13,11%
Considerações Gerais	Consideração gerais sobre ativos intangíveis; Ativos Intangíveis e Governança Corporativa; Estudo da produção científica; Teoria contingencial e intangibilidade; <i>Heritage Assets</i> no Brasil.	2000 (1); 2004 (1); 2011 (1); 2012 (1); 2015 (3).	11,48%
Criação de Valor	Valorização do direito desportivo resultante da formação interna; O valor da marca como um ativo intangível; Valor financeiro do capital humano.	2010 (1); 2011 (1); 2012 (1); 2014 (1).	6,56%
Outros Assuntos	Gerenciamento de resultados; Responsabilidade social; Sustentabilidade social; Processos de aderência a normas; <i>Goodwill</i> e resultados; <i>impairment</i> ; relevância da informação contábil.	1999 (1); 2005 (1); 2010 (2); 2011 (1); 2014 (1); 2015 (1); 2016 (2).	14,75%
TOTAL			100%

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que a mensuração e evidenciação foi um tema recorrente entre os pesquisadores. Apesar do foco da pesquisa sofrer alterações ao longo do tempo esse foi o assunto mais

explorado, tendo publicações quase que anuais e representando 26,23% do total dos artigos. Apesar de não haver um tema específico, como os demais itens, os estudos abordando temas diversos sobre ativos intangíveis, representaram 14,75 % em comparação ao demais. Verifica-se, nesse item, que estes não possuem uma predominância em relação a um período específico, por se tratarem de assuntos pertinentes à época produzida.

O tema capital intelectual, bastante mencionado nos artigos (ainda que os mesmos não tratassem especificamente do assunto), foi o foco das pesquisas entre os anos de 2002 a 2010. Antunes e Martins (2002), comentam sobre o interesse do assunto pela identificação do capital intelectual como responsável pela diferença entre o valor contábil das ações e o valor de mercado, além deste estar sendo apresentado como um novo conceito de administração de empresas quanto a novas estratégias e filosofia de gestão.

Os temas: desempenho econômico/avaliação empresarial, *disclosure* e criação de valor foram explorados predominantemente a partir de 2010. Verifica-se aqui indícios de produção impulsionada pela normatização brasileira dos ativos intangíveis e suas respectivas correlações com o ambiente no qual está inserida.

4.5 ELEMENTOS UTILIZADOS PARA REPRESENTAR OS ATIVOS INTANGÍVEIS

Nessa subseção, analisou-se os elementos mais citados para demonstrar, descrever, conceitualizar e exemplificar os ativos intangíveis nos artigos coletados. Observa-se uma mudança dos itens representativos em relação ao ano de publicação, possibilitando uma segregação temporal, como demonstrado no Quadro 4:

Quadro 4 – Elementos mais utilizados nas publicações

Ano	Elementos
1999 a 2006	<i>Goodwill</i> , Capital Intelectual/Capital Humano, Know-How, Franquias, Marcas e Patentes, Concessões Públicas.
2007 a 2010	Direitos Autorais, Direitos Desportivos, Tecnologia, Estrutural Organizativo, Relacional De Negócios, Relacional Social, Imagem, Motivação Funcional, Software/Base De Dados, Licenças, Ativos De Mercado, Carteira de clientes, P&D

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se que, a partir do ano de 2007, houve uma inserção de novos elementos para representar os intangíveis. Infere-se aqui um avanço da ciência contábil ao incrementar itens que possibilitam a extração do potencial das organizações. Lev (2000) já defendia essa evolução quando afirmava que a Contabilidade tradicional não conseguia captar direcionadores de valor da nova economia. Esses novos recursos também são mencionados por Silva *et. al* (2017, p.30),

quando afirmam que “Na nova economia, os ativos intangíveis são importantes e distintos entre as empresas”.

Não obstante ao cenário econômico, é oportuno ressaltar que, de acordo com os dados levantados na pesquisa, as publicações até 2008 possuíam embasamento não normativo. Dessa forma, esses elementos advinham basicamente da produção literária. A partir da vigoração de normatizações, como o CPC 04, juntamente com processo de harmonização com a normas internacionais de Contabilidade, novos elementos foram reconhecidos como ativos intangíveis, fomentando a inclusão desses diferentes e novos itens.

4.6 FORMAS DE MENSURAÇÃO E AVALIAÇÃO APRESENTADAS NAS PESQUISAS E SUAS RESPECTIVAS CORRELAÇÕES

Investigou-se nessa subseção, as formas de mensuração e avaliação apresentadas nos artigos, bem como o que era objetivado com a proposta dos modelos apresentados.

O Quadro 5 demonstra uma síntese da produção e o objetivo dos modelos nas pesquisas.

Quadro 5 – Modelos de mensuração e avaliação e suas correlações

Autores dos Artigos	Modelos apresentados nos artigos	Objetivo dos modelos
Wernke e Bornia (2003).	Mapa para Identificação de Potenciais Geradores de Intangíveis, proposto por Wernke (2002).	Ferramenta de cunho exclusivamente gerencial para uso interno e externo.
Rezende (2005).	Modelo proposto por Ohlson (1995).	Analisar os efeitos dos investimentos (diferido) sobre <i>value-relevance</i> do lucro e patrimônio líquido para empresas da nova e velha economia.
Barros (2007).	Modelo de Stewart; Edvinsson & Malone; Modelo de Sveiby.	Medir o Capital Intelectual das companhias.
Schmidt <i>et al.</i> (2008).	Fluxo de caixa futuro a ser produzido pelo ativo.	Suprir os usuários das informações necessárias à adequada mensuração de Ativos Intangíveis.
Cruz, Santos e Azevedo (2010).	Modelo baseado no custo histórico e com o apoio da Contabilidade analítica.	Determinar o custo de formação de cada jogador profissional formado internamente.
Lustosa <i>et al.</i> (2010).	Fluxo de caixa descontado e a avaliação do rendimento residual.	Análise do melhor método para teste de <i>impairment</i> na avaliação empresarial e informação contábil.
Abreu, Diehl e Macagnan (2011).	MMCI, proposto por Diehl (1997).	Entender a formação dos fatores intangíveis para gerenciá-los.
Silva e Petri (2016).	Fórmulas para Cálculo do Valor da Marca/ Valor Índice Empresa/Vendas.	Mensurar o valor contábil da Marca para usuários da informação e profissionais da área financeira-contábil.
Teixeira, Petri e Marques (2012).	Método de fluxo de caixa descontado - Ferramenta <i>Scorecard</i> .	Identificar e quantificar a influência exercida pela marca na geração de fluxos futuros.
Dalbem, <i>et al.</i> (2014).	O método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD).	Mensurar a valoração da Empresa em relação ao capital humano.
Ibanez, Vieira Neto e Almeida (2015).	Método Holístico e o Modelo <i>Brand Finance</i> .	Verificar se as formas existentes na literatura para cálculo dos ativos intangíveis apresentam variações significativas com o demonstrado nos balanços patrimoniais.

Fonte: Elaboração própria.

A análise, quanto as fórmulas, modelos e proposições de mensuração dos ativos intangíveis, demonstrou que pouco se produziu no sentido de exploração de cálculos. As pesquisas que abordaram essa temática objetivaram análises de suprimento de informação aos usuários, estratégias de gerenciamento e influências na avaliação empresarial em nível de investimento.

A escassez de exploração de cálculos, também foi observada por Reina *et al.* (2009, p. 11), quando, em suas análises de resultados, afirmaram que as pesquisas possuíam uma tendência muito maior a vertentes gerenciais do que financeiras, apresentando poucos artigos com fórmulas para calcular o valor de mercado das empresas, tanto a nível internacional quanto nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a evolução histórica da produção científica nos periódicos classificados de A1 a B2, pela Qualis/CAPES, sobre Ativos Intangíveis no contexto nacional, por meio da técnica de análise de conteúdo. A pesquisa permitiu a observação do aumento de publicações a partir de 2007, mostrando similaridades com outras pesquisas já realizadas.

O primeiro artigo publicado de forma *on-line*, pelos periódicos selecionados, foi em 1999, e desse ano até 2006 foram publicados apenas 9 artigos, com uma média anual de 1 publicação. A partir de 2007 esse número passou para 52 com média 5 publicações anuais.

Verificou-se que as publicações por periódicos foram inconstantes quando comparados entre si, pois o periódico que mais publicou foi a *Revista Pensar Contábil* (CRC- RJ) com 9 artigos, por outro lado os periódicos, *Custos e @gronegócios online* (C&@gro-UFRPE) e *Revista Contemporânea de Economia e Gestão* (CONTEXTUS-UFC), não tiveram publicações durante o período analisado, considerando os parâmetros de busca utilizados na pesquisa.

Na análise das referências norteadoras, constatou-se que, apesar do aumento da utilização de legislação e normas técnicas, pós vigoração das mesmas, a literatura é amplamente utilizada para dar suporte às produções científicas.

Quando analisado objetivo das publicações, verificou-se que estes foram sofrendo gradativas mudanças ao longo do tempo. Passando pela busca de um entendimento mais profundo sobre a tangibilidade e intangibilidade dos ativos, em especial do *goodwill* e o capital intelectual, para estudos de análise de conformidade e aderências às normas técnicas publicadas,

bem como análises de ativos desenvolvidos internamente (recentemente permitido pela legislação brasileira), estratégias de gestão e criação de valor oriundos dos ativos intangíveis. Essa transição ocorreu conjuntamente às novas prerrogativas legais, especialmente a Lei 11.638/07 e CPC 04 (R1).

As tendências mais encontradas nas pesquisas foram: mensuração e evidenciação – 16 artigos; capital intelectual – 9 artigos; desempenho econômico/avaliação empresarial – 8 artigos; *disclosure* – 8 artigos; criação de valor – 4 artigos; e 15 artigos abordavam considerações gerais e assuntos diversos sobre os intangíveis que não se enquadravam nos demais itens especificados.

De acordo com a pesquisa, os elementos utilizados para representar os Ativos Intangíveis também sofreram alteração ao longo do tempo. A inserção de novos elementos, como direitos autorais, direitos desportivos, tecnologia, estrutural organizativo, relacional de negócios, relacional social, imagem, motivação funcional, *software*/base de dados, licenças, ativos de mercado, carteira de clientes, pesquisa e desenvolvimento (P&D) apresentados nos artigos evidenciou o que alguns estudiosos já previam quando afirmavam que a evolução da Contabilidade era inevitável em função da nova economia mundial.

A análise das formas de mensuração e avaliação demonstrou escassez na produção para exploração de cálculos, pois apenas 5 artigos se propuseram a valorar os ativos intangíveis. As pesquisas objetivaram análises de suprimento de informação aos usuários, estratégias de gerenciamento e influências na avaliação empresarial em nível de investimento.

Conclui-se que há uma relação entre as publicações e a vigência de normas técnicas e legislações pertinente ao tema estudado, quando passaram a orientar e disciplinar as práticas contábeis a serem adotadas que no Brasil. Dessa forma é possível inferir que as alterações de maior vulto foram influenciadas pela alteração da legislação societária e a emissão dos pronunciamentos técnicos em consonância às normas internacionais de Contabilidade.

Conclui-se, também que, do universo da população estudada, as pesquisas sobre ativos intangíveis, foram harmonizando-se ao contexto ao qual estavam inseridas, explanando, analisando e discorrendo sobre assuntos pertinentes a cada período. Isso pode ser constatado quando passou-se a ter um maior número de periódicos eletrônicos e artigos publicados.

Recomenda-se para futuras pesquisas: pesquisa envolvendo um conjunto mais abrangente de elementos representativos dos ativos intangíveis para a seleção das publicações, possibilitando um leque maior de análises sobre as perspectivas dos estudos e pesquisa envolvendo um universo maior de publicações científicas, como teses e dissertações.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. L.; DIEHL, C. A.; MACAGNAN, C. B. Mensuração de custos intangíveis: uma análise prática. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 41-71, jul./set. 2011.
- AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS. **APB opinion n. 17**: intangible assets. Emitido em abril de 1971.
- ANTUNES, M. T. P.; MARTINS. Capital intelectual: verdades e mitos. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 13, n. 29, p. 41-54, maio/ago. 2002.
- AQUINO, I. S.; AQUINO, I.S.; Análise sobre a forma da escrita de palavras-chave em artigos científicos na área de ciências agrárias publicados no período de 1999 a 2011. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 18, n. 37, p. 227-238, mai./ago. 2013
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro. 2003.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARROS, L. P. S. A importância do capital intelectual nas organizações e os desafios da contabilidade para demonstrar a criação de valor de natureza intangível. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 36, p. 1-12, 2007.
- BATTAGELLO, F. M.; GRIMALDI, M.; CRICELLI, L. A rational approach to identify and cluster intangible assets: A relational perspective of the strategic capital. **Journal of Intellectual Capital**, v. 16, n. 4, p.809-834, 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008**. Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/mpv/449.htm>. Acesso em: 21 out. 2017.
- _____. _____. _____. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Brasil, 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em: 02 out. 2017.
- _____. _____. _____. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Brasil, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em: 02 out. 2017.
- _____. _____. _____. **Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009**. Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm>. Acesso em: 02 out. 2017.

CALABRESE, A.; COSTA, R; MENICHINI, T. Using fuzzy AHP to manage intellectual capital assets: an application to the ICT service industry. **Expert Systems with Applications**, [s. l.], v. 40, Issue 9, p. 3747-3755, July 2013.

CARDOSO, R. L. *et al.* Pesquisa científica em contabilidade entre 1990 e 2003. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 34-45, abr./jun. 2005.

CATLETT, G. R; OLSON, N. O. Accounting for *goodwill*. **Accounting Research Study**, New York: American Institute of Certified Public Accountants, n. 10, 1968.

CHEN, S.; DAUCHY, E. P. Tax-Adjusted q Model with Intangible Assets: Theory and Evidence from Temporary Investment Tax Incentives. **Southern Economic Journal**. v. 83, n. 4, p. 972–992, abr.2017

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução CVM 001**. Brasília, 1978. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst001.html>>. Acesso em: 21 out. 2017.

_____. **Instrução CVM 285**. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst285.html>>. Acesso em: 21 out. 2017.

_____. **Instrução CVM 349**. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst349.html>>. Acesso em: 21 out. 2017.

_____. **Instrução CVM 488**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst488.html>>. Acesso em: 21 out. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 00 (R1)**: estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: 08 set. 2017.

_____. **Pronunciamento técnico CPC 04 (R1)**: ativo intangível. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=35>>. Acesso em: 08 set. 2017.

CRASS, D.; PETERS, B. Intangible assets and firm-level productivity. [s. l.], 2015. (Discussion Paper N° 14-120). Disponível em: <<http://ftp.zew.de/pub/zew-docs/dp/dp14120.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

CREMA, M.; NOSELLA, A. Intangible Assets Management and Evaluation: Evidence from SMEs. **Engineering Management Journal**, v. 26, n. 1, p. 8, 2014.

CRUZ, S. N. S. R. A.; SANTOS, L. L.; AZEVEDO, G. M. C. Valorização do direito desportivo resultante da formação. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 60-83, jan./abr. 2010.

DALBEM, M. C.; BASTIAN-PINTO, C. L.; ANDRADE, A. M. O valor financeiro do capital humano e o desafio de retê-lo nas empresas. **Brazilian Business Review**, Vitória, ES, v. 11, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2014.

DATTA, S.; FUAD, S. M. Valuing Intangible Assets: A Balance Sheet Approach for DS30 Listed Companies. **Australian Academy of Accounting and Finance Review**, v. 2, n. 2, p. 119-135, 2017.

EDVINSSON, L.; MALONE, M. S. **Capital intelectual**: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos. São Paulo: Makron Books, 1998.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. Financial accounting standards 142: *goodwill* and other intangible assets. Norwalk, Connecticut, USA, 2001. Disponível em: <http://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1218220124961&acceptedDisclaimer=true>. Acesso em: 26 out. 2017.

_____. Financial Accounting Standart Board SFAC nº 07: Using Cash Flow Infomartion an Present Value in Accounting Measurements. USA, 2000. Disponível em: <<http://www.fasb.org/resources/ccurl/286/565/fas7.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GALLON, A. V. *et al.* Um estudo reflexivo da produção científica em capital intelectual. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 9, n. 4, edição especial, p. 142-172, maio./jun. 2008.

GIL, A. C. **Pesquisa em economia**. São Paulo: Atlas, 1995.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IBANEZ, F. C.; VIEIRA NETO, J. V.; ALMEIDA, L. S. F. Avaliação dos ativos intangíveis no setor de construção civil brasileiro: um estudo documental. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 63, p. 12-21, 2015.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS. IAS 38: intangible assets. Disponível em: <<http://eifrs.iasb.org/eifrs/bnstandards/es/2011/ias38.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

_____; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **Organização orientada para a estratégia**: como as empresas que adotam o balanced scorecard prosperam no novo ambiente de negócios. 12. ed. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

KAUFMANN, L.; SCHNEIDER, Y. Intangibles: a synthesis of current research. **Journal of Intellectual Capital**. Bradford, v. 5, n. 3, p. 366-388, 2004.

KAYO, E. K. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas**: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas. 2002. 126 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. *et al.* Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, v. 10, n. 3, p. 73-90, jul./set. 2006.

LEV, B. A matemática da nova economia. **HSM Management**, São Paulo, n. 20, p. 34 - 40, mai./jun. 2000.

_____. **INTANGIBLES: Management, Measurement, and Reporting**. Washington: Brookings, 2001.

LI, E. XN; LIU, L. X.; XUE, Chen. Intangible assets and cross-sectional stock returns: Evidence from structural estimation. 2014. Disponível em:
<<https://pdfs.semanticscholar.org/9bcf/0d74ccab8840de0348e51ceee8cda2f608de.pdf>>.
Acesso em: 02 nov. 2017.

MARTINS, E. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. 1972. 121 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MILONE, M. C. M. **Cálculo do valor de ativos intangíveis**: uma metodologia alternativa para a mensuração do valor de marcas. 2004. 124 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, A. B. S. **Métodos da pesquisa contábil**. São Paulo: Atlas, 2011.

OSINSKI, Marilei et al. Methods of evaluation of intangible assets and intellectual capital. **Journal of Intellectual Capital**, v. 18, n. 3, p. 470-485, 2017.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 17, n. 40, p. 7-24, jan./abr. 2006.

PETERS, R. H.; TAYLOR, L. A. Intangible capital and the investment-q relation. **Journal of Financial Economics**, v. 123, n. 2, p. 251-272, 2017.

REINA, D. *et al.* Intangible assets: um estudo epistemológico da produção científica internacional no período de 1996 a 2008. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ABC, 2009.

REINA, D.; ENSSLIN, S. R. Mapeamento da produção científica em capital intelectual: um estudo epistemológico a partir das perspectivas propostas por Marr (2005). **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 58-77, jan./mar. 2011.

REZENDE, A. J. A relevância da informação contábil no processo de avaliação de empresas da nova e velha economia: uma análise dos investimentos em ativos intangíveis e seus efeitos sobre value-relevance do lucro e patrimônio líquido. **Brazilian Business Review**, Vitória, ES, v. 2, n. 1. p. 33-52, jan./jun. 2005.

ROSSI, C. *et al.* The strategic assessment of intellectual capital assets: an application within Terradue Srl. **Journal of Business Research**, [s. l.], v. 69, n. 5, p. 1598-1603, May 2016.

SANTOS, J. L. **Uma contribuição ao estudo da avaliação econômica de ativos intangíveis**. 2005. 483 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SCHLÜTER, M. S. **Estudo da avaliação econômica dos ativos intangíveis**. 2010. 55 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SCHMIDT, P. *et al.* Modelo residual de mensuração de ativos intangíveis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 18-37, maio/ago. 2008.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. **Avaliação de ativos intangíveis**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____; _____. **Avaliação de ativos intangíveis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHNORRENBERGER, D. Considerações gerais sobre ativos intangíveis. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 85-107, jul./dez. 2004.

SILVA, A.; SOUZA, T. R.; KLANN, R. C. A influência dos ativos intangíveis na relevância da informação contábil. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 14, n. 31, p. 26-45, jan./abr. 2017.

SILVA, A. B.; DUQUE, A. P. O.; ALVES, F. J. S. Ativos intangíveis, resultados visíveis: produção científica em base de dados de acesso aberto. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 68-88, maio/ago. 2012.

SILVA, M. P.; PETRI, S. M. Mensuração do valor contábil da marca do grupo água mineral alfa da grande Florianópolis. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 67-84, maio/ago. 2016.

TEIXEIRA, J. P.; PETRI, S. M.; MARQUES, T. O. O valor da marca como um ativo intangível: um estudo de caso da Weg S.A. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 45-67, maio/ago. 2012.

WERNKE, R.; BORNIA, A. C. Estudo de caso aplicando modelo para identificação de potenciais geradores de intangíveis. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 33, p. 45-64, set./dez. 2003.

APÊNDICE A - ARTIGOS SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS ANALISADOS

ABREU, A. L.; DIEHL, C. A.; MACAGNAN, C. B. Mensuração de custos intangíveis: uma análise prática. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 41-71, jul./set. 2011.

ANTUNES, M. T. P.; ALVES, A. S. A adequação dos sistemas Enterprise Resources Planning (ERP) para a geração de informações contábeis gerenciais de natureza intangível:

um estudo exploratório. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 10, n. 27, p. 161-174, abr./jun. 2008.

ANTUNES, M. T. P.; LEITE, R. S. Divulgação de informações sobre ativos intangíveis e sua utilidade para analistas de investimentos. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, SC, v. 4, n. 4, p. 22-38, out./dez. 2008.

ANTUNES, M. T. P.; MARTINS, E. Capital intelectual: seu entendimento e seus impactos no desempenho de grandes empresas brasileiras. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, São Leopoldo, v. 4, n. 1. p. 5-21, jan./abr. 2007.

_____; _____. Capital intelectual: verdades e mitos. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 13, n. 29, p. 41-54, maio/ago. 2002.

ASSIS, J. L. F.; NASCIMENTO, A. N. Os bens do imobilizado. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 52-67, ago. 2000.

AVELINO, B. C.; PINHEIRO, L. E. T.; LAMOUNIER, W. M. Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 22-45, jan./abr. 2012

BARROS, L. P. S. A Importância do Capital Intelectual nas Organizações e os Desafios da Contabilidade para Demonstrar a Criação de Valor de Natureza Intangível. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 36, p. 1-12, 2007.

BEUREN, I. M.; THEIS, V. S.; SANT'ANA, S. V. Conservadorismo contábil no reconhecimento de ativos intangíveis em fase de pesquisa e desenvolvimento: um estudo em empresas da BM&FBovespa. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 98-111, jan./abr. 2013.

BORGES, E. F. *et al.* **Heritage assets: tangíveis ou intangíveis?** **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 42-47, 2013.

BORTOLUZZI, S. C.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Avaliação de desempenho dos aspectos tangíveis e intangíveis da área de mercado: estudo de caso em uma média empresa industrial. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 12, n. 37, p. 425-446, out./dez. 2010.

CAVALCANTE, P. R. N.; CALDAS NETO, C.; ANDRADE, G. M. Capital intelectual e *goodwill*: ativos intangíveis de difícil mensuração. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 33, p. 1-10, 2006.

CAVALINHOS, P.; CARREIRA, F. O impacto do *goodwill* nos resultados. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, SC, v. 11, n. 2, p. 196-210, abr./jun. 2015.

CERQUEIRA, D. A. C. *et al.* O impacto do reconhecimento do custo atribuído e da divulgação de impairment de ativos tangíveis e intangíveis (IFRS) sobre os preços e os retornos das ações das companhias brasileiras. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 5-23, set./dez. 2012.

COLAUTO, R. D. *et al.* Evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos relatórios da administração das companhias listadas nos níveis de governança corporativa da Bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 142-169, jan./mar. 2009

CRISÓSTOMO, V. L. Ativos intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 50-68, jan./abr. 2009.

CRUZ, S. N. S. R. A.; SANTOS, L. L.; AZEVEDO, G. M. C. Direito desportivo resultante da formação: evidência empírica nos clubes portugueses e brasileiros. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, SC, v. 7, n. 1, p. 122-143, jan./mar. 2011.

_____; _____. Valorização do direito desportivo resultante da formação. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 60-83, jan./abr. 2010.

DALBEM, M. C.; BASTIAN-PINTO, C. L.; ANDRADE, A. M. O valor financeiro do capital humano e o desafio de retê-lo nas empresas. **Brazilian Business Review**, v. 11, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2014.

DUTRA, A. V.; SCHNORRENBERGER, D.; REINA, D. Mensuração dos ativos intangíveis: uma análise a partir da diferença entre o valor de mercado e patrimonial de empresas listadas na BM&FBovespa no período de 2003 a 2008. **Enfoque Reflexão Contábil**, Maringá, PR, v. 28 n. 3 p. 51-68 set./dez. 2009.

FERNANDES, J. S. *et al.* Perdas por imparidade: fatores explicativos e impactos. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 18, n. 60, p. 305-318, abr./jun. 2010.

GALVÃO, B. S.; COSENZA, J. P. Considerações sobre a evidenciação de ativos intangíveis no contexto brasileiro: estudo de caso da Perdígão S/A. **Pensar Contábil**, v. 9, n. 38, p. 1-11, 2007.

GRECEANU, D. V. A responsabilidade social corporativa e a avaliação dos ativos intangíveis. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, SC, v. 4, n. 2, p. 127-143, abr./jun. 2008.

IBANEZ, F. C.; VIEIRA NETO, J. V.; ALMEIDA, L. S. F. Avaliação dos ativos intangíveis no setor de construção civil brasileiro: um estudo documental. **Revista de Contabilidade e Organizações, São Paulo**, v. 17, n. 63, p. 12-21, 2015.

JOIA, L. A.; MALHEIROS, R. Evidências empíricas da influência de alianças estratégicas no capital intelectual de empresas. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, São Leopoldo, v. 7, n. 2, p. 162-177, abr./jun. 2010.

LEITE, D. U.; PINHEIRO, L. E. T. *Disclosure* de ativo intangível: um estudo dos clubes de futebol brasileiros. **Enfoque Reflexão Contábil**, Maringá, PR, v. 33 n. 1 p. 89-104, jan./abr. 2014.

LISZBINSKI, B. B. *et al.* Conformidade no reconhecimento de ativos intangíveis: um estudo na perspectiva da teoria institucional. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 11, n. 24, p. 85-106, set./dez. 2014.

- LUSTOSA, P. R. B. *et al.* Intangible assets impairment test issues: the case of a Brazilian telecommunications company. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 122-148, jan./abr. 2010.
- MACAGNAN, C. B. Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 46-61, maio/ago. 2009.
- MACHADO, J. H.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e governança corporativa no mercado de capitais brasileiro. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 89-110, jul./dez., 2011.
- MAIA, A. B. G. R.; VASCONCELOS, A. C. *Disclosure* de Ativos Intangíveis dos Clubes De Futebol Brasileiros e Europeus. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, set./dez. 2016.
- MARQUES, J. A. V. C.; SANTOS, R. F.; GOUVEIA, V. A. L. Análise da Evidenciação do Ativo Intangível nas Demonstrações Contábeis. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 52, p. 45-54, 2011.
- MARTINS, E. *et al.* *Goodwill*: uma análise dos conceitos utilizados em trabalhos científicos. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 21, n. 52, jan./abr. 2010.
- MAZZIONI, S. *et al.* A relação entre a intangibilidade e o desempenho econômico: estudo com empresas de capital aberto do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). **Advances in Scientific and Applied Accounting**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 122-148, jan./abr. 2014.
- MAZZIONI, S.; MOURA, G. D.; HEINB, N. Distribuição de valor adicionado e intangibilidade: uma análise em empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 50-64, jan./abr. 2014.
- MEDRADO, F. *et al.* Relação entre o nível de intangibilidade dos ativos e o valor de mercado das empresas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 10, n. 28, p. 32-44, set./dez. 2016.
- MENESES, A. F.; PONTE, V. M. R.; MAPURUNGA, P. V. R. Determinantes do nível de *disclosure* de ativos intangíveis em empresas brasileiras. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, São Leopoldo, v. 10, n. 2, p. 142-153, abr./jun. 2013.
- MONTEIRO, A. A. S.; COELHO, F. S. Ativo intangível: um fator competitivo entre as empresas. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 55-60, jan./jun. 1999.
- MOURA, G. D.; FANK, O. L.; VARELA, P. S. Evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBovespa. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 17-32, jan./abr. 2012.
- MOURA, G. D.; MECKING, D. V.; SCARPIN, J. E. Competitividade de mercado, ativos intangíveis e eficiência na combinação dos ativos fixos em companhias abertas listadas na

BM&FBovespa. **Enfoque Reflexão Contábil**, Maringá, PR, v. 32 n. 3 p. 19-35 set./dez. 2013.

MOURA, G. D.; THEISS, V.; CUNHA, P. R. Ativos intangíveis e gerenciamento de resultados: uma análise em empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 2, p. 111-122, abr./jun. 2014.

NASCIMENTO, E. M. *et al.* Ativos intangíveis: análise do impacto do grau de intangibilidade nos indicadores de desempenho empresarial. **Enfoque Reflexão Contábil**, Maringá, PR, v. 31, n. 1, p. 37-52, jan./abr. 2012.

ORO, I. M.; KLANN, R. C. *Disclosure* Obrigatório de Ativos Intangíveis das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bm&FBovespa. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 45-54, 2015.

OSHITA, M. G. B.; SANCHES, S. L. R.; MORAES, R. O. Aplicação do modelo Logit para testar a influência das marcas e patentes reconhecidas separadamente em uma combinação de negócios no cálculo do *goodwill*. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 28-38, jan./abr. 2016.

PARENTE, P. H. N.; LUCA, M. M. M.; VASCONCELOS, A. C. Teoria contingencial e intangibilidade: um estudo nas empresas listadas na BM&FBovespa. **Enfoque Reflexão Contábil**, Maringá, PR, v. 34, n. 3 p. 21-40 set./dez. 2015.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 17, n. 40, p. 7-24, jan./abr. 2006.

REZENDE, A. J. A relevância da informação contábil no processo de avaliação de empresas da nova e velha economia: uma análise dos investimentos em ativos intangíveis e seus efeitos sobre value-relevance do lucro e patrimônio líquido. **Brazilian Business Review**, v. 2, n. 1, p. 33-52, jan./jun. 2005.

RODRIGUES, A. M. G.; SILVA, M. L. R.; DUEÑAS, M. P. M. Divulgação de informação sobre os ativos intangíveis: evidência empírica nos bancos em Portugal no período 2001-2009. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, maio/ago. 2013.

SALLABERRY, J. D.; MEDEIROS, O. R. Os efeitos da crise financeira de 2008 no valor das empresas e nos ativos intangíveis. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 12, n. 27, p. 187-206, set./dez. 2015.

SCHMIDT, P. *et al.* Modelo residual de mensuração de ativos intangíveis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 18-37, maio/ago. 2008.

_____. *et al.* Análise e Evidenciação contábil da propriedade intelectual. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 9-18, abr. 2014.

SCHNORRENBERGER, D. Considerações gerais sobre ativos intangíveis. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 85-107, jul./dez. 2004.

SILVA, A. B.; DUQUE, A. P. O.; ALVES, F. J. S. Ativos intangíveis, resultados visíveis: produção científica em base de dados de acesso aberto. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 68-88, maio/ago. 2012.

SILVA, M. P.; PETRI, S. M. Mensuração do valor contábil da marca do grupo água mineral alfa da grande Florianópolis. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 67-84, maio/ago. 2016.

TEIXEIRA, J. P.; PETRI, S. M.; MARQUES, T. O. O valor da marca como um ativo intangível: um estudo de caso da Weg S.A. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 45-67, maio/ago. 2012.

WERNKE, R.; BORNIA, A. C. Estudo de caso aplicando modelo para identificação de potenciais geradores de intangíveis. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 33, p. 45-64, set./dez. 2003.

SANTANA, E. C.; BARBOSA, A. S. O.; OLIVEIRA, L. G. *Heritage assets* no Brasil: um estudo de caso sobre a ilha fiscal. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 64, p. 23-29, 2015.

SEHNEM, S. *et al.* Recursos organizacionais em frigoríficos e sua relação com a implantação de estratégias voltadas à sustentabilidade ambiental: o caso do Grupo Marfrig Alimentos S.A. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 14, n. 43, p. 193-215, abr./jun. 2012.

SILVA, A. S.; FONSECA, A. C. P. D. Capital intelectual e tomada de decisão: uma estreita relação. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 37, 2007.

VALADÃO, D. G.; DORNELLES, O. M.; SANCOVSCHI, M. Tratamento Contábil dos Custos de Desenvolvimento e Produção de Bases de Dados e de *Softwares*. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 58, p. 4-13, 2013.

ZANOTELI, E. J.; AMARAL, H. F.; SOUZA, A. A. Os ativos intangíveis e a crise de representação contábil. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 3-19, jan./abr. 2015.